

# Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 1973

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

#### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur  
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima  
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt  
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato  
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)  
3.º SECRETÁRIO — David Federmann  
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério  
— Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

##### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — As quartas-feiras

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

##### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel  
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

##### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

##### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel  
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo  
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

## SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TURISMO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva  
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

##### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

##### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)  
REUNIÕES — As terças-feiras  
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza  
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho  
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

##### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lélio Guimarães Sotto-Maior  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

##### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

##### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973



## LEI N.º 05/73

DATA: 10 de maio de 1973

SÚMULA: Concede título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Doutor Roland Zimmermann.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 28, § 4.º, da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1.º — É concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roland Zimmermann, Digníssimo Cônsul Geral da República Federal da Alemanha no Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) JOÃO MANSUR.

### 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

#### Ata da 92.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 4 de Junho de 1973  
(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Lázaro Dumont, e Rosário Pitelli.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — João Fadel — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes (37); achando-se ausentes os Srs. Deputados Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Paulo Poli — Mauricio Fruet e Xenofonte Villanueva (8).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 19/73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de São Mateus do Sul, Bandeirantes e Santa Izabel do Ivaí, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas que especifica. — Aprovado.

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 19/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados em todos os seus termos, os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de São Mateus do Sul, Bandeirantes e Santa Izabel do Ivaí, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do Funrespol e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1973

za) — Gilberto Carvalho — Presidente

Igo Losso — Relator  
Alvaro Dias

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 5, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 57/73.

Levanta-se a Sessão.

### 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

#### Ata da 93.ª Sessão Ordinária

Realizada em 4 de Junho de 1973  
(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Borsari Neto.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — João Fadel — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes (37); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Maciel — Arizone

Araújo — Armando Queiroz — Paulo Poli — Mauricio Fruet e Xenofonte Villanueva (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

## REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares, solicitando dispensa de publicação da Redação Final ao Projeto de Lei n.º 56/73.

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Manfroni ocorrido dia 31 de maio próximo passado, na cidade de União da Vitória.

Francisco Manfroni, foi um dos Pioneiros de União da Vitória, residindo naquela cidade a mais de 40 anos.

Outrossim, dê-se ciência a família enlutada da decisão da Casa.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1973.

(a) — Domício Scaramella.

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Antonio Xavier da Silveira, ocorrido hoje na cidade de Irati.

O extinto era pessoa estimada pela sociedade iratiense, deixando inúmeros serviços prestados àquela comuna paranaense.

Requer, outrossim, seja dado conhecimento deste, à família enlutada na cidade de Irati.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1973.

(a) — João Mansur.

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento aos 28 anos de idade do Senhor Mario Toshio Tagata, Vereador do Município de Assaí.

Requer, ainda que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada, residente em Assaí.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1973.

(a) — Francisco Escorsin

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado à TV Iguaçu, Canal 4, de Curitiba, voto de aplauso desta Casa, pela magnífica e inédita realização em que se constituiu a transmissão da Santa Missa, simultaneamente das Cataratas de Foz do Iguaçu, em comemoração do Dia das Comunicações Sociais.

Realmente, a forma encontrada por aquela emissora para assinalar tão marcante data, por si só merecia o nosso aplauso uma vez que buscou no encontro com Deus, através da Missa, melhor Mensagem a transmitir aos seus milhares de telespectadores. Mas, o feito técnico, a transmissão a correr, no cenário magnífico das Cataratas, pela primeira vez no Paraná e no Brasil, é digno de registro nos Anais desta Assembléia, como atestado da capacidade dos nossos homens de televisão. Usaram eles a natureza feita pelo Criador e, como pano de fundo de um ato religioso, transmitido graças a imaginação e capacidade de homens que orgulham os seus conterrâneos pelo muito que tem feito no setor de comunicação.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1973.

(a) — Cândido Martins de Oliveira

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ciência do Plenário seja enviada sugestão ao Senhor Dr. Mauricio Souza Moura, Diretor do I.P.A.S.E., no sentido de que aquela autoridade estude fórmula capaz, seja por convênio ou através de credenciamento, de atendimento médico-hospitalar para os beneficiários daquela autarquia no Município de Paranaguá "in-loco".

Isto se explica, Sr. Presidente, pelo fato de que, os funcionários federais, prestando serviços nos Departamento da União no litoral, quando necessitam de atendimento médico odontológico e hospitalar tem que se locomover até nossa Capital, já que o I.P.A.S.E., não mantém hospital ou ambulatório na vizinha cidade litorânea.

Para quem trabalha sob o regime de relógio-ponto bem se compreende a dificuldade de empreender viagem a Curitiba para atendimento dos seus males.

Um convenio com a Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá, seria uma solução ideal, já que aquele nosocômio está perfeitamente aparelhado para atender qualquer tipo de operação bem como possui leitos suficientes para semelhante atendimento.

Serão aproximadamente setecentos funcionários no litoral de nosso Estado a se beneficiarem com tal iniciativa.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1973.

(a) Nelson Buffara

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa após ouvido o Plenário, seja inserida na Ata dos trabalhos de hoje a coluna denominada "Conta-Gotas", editada do dia 30 de maio último, pelo jornal "Gazeta do Povo" e assinada pelo jornalista Ivens Lagoa-Pacheco e que aborda o problema da destruição de nossas matas nativas.



É inconcebível, Senhor Presidente, que, em nome do progresso cometa-se essa selvageria no Paraná no abatimento indiscriminado de árvores de lei, em especial o Pinheiro, o cedro e a imbuia.

Na proporção que se destroem as nossas árvores, muito cedo, o Paraná terá que mudar o seu "slogan" conhecido extra-fronteiras de "Terra dos Pinheirais".

A quem viaja por todo o interior de nosso Estado, bem poderá comprovar quando dizemos que difícil se faz encontrar um pinheiro a borda de nossas rodovias.

As matas desaparecem, a ecologia vai se transformando, forçadamente pela mão do homem que muda bosques em desertos e florestas em campos tudo isso em nome da "civilização e do progresso".

Somos de uma região madeireira e nos causa pasmo vermos abatimentos desta árvore com menos de 25 centímetros de diâmetro.

— É preciso se colocar um basta nestes acontecimentos.

Diz o redator da coluna que "sempre foi um único gritando no deserto". Então seremos dois, a unirmo-nos ao Professor Luiz Carlos Tourinho e aos jovens alunos da Escola de Floresta, Senhor Presidente. Ou se acaba com o abate indiscriminado de árvores de lei ou se acaba com a terra do nosso Paraná.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência à "Gazeta do Povo" na pessoa de seu Diretor Doutor Francisco Cunha Pereira, bem como ao jornalista Ives Lagoano Pacheco e ao Professor Luiz Carlos Tourinho, Diretor da Escola de Floresta.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1973.

(a) Domicio Scaramella

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Através de circular do dia 3 de agosto de 1972, e emitida pelo chefe (Encarregado da D.A. 1.2/Seção de Controle da Receita Própria) ficou determinado que as multas aplicadas nas rodovias do Estado somente poderiam ser pagas nos Distritos Rodoviários e não mais nas Agências de Rendas Estaduais, como era anteriormente. Isso está criando sérios problemas aos proprietários de veículos que circulam pelas nossas estradas. As multas aplicadas, muitas vezes, por pequenas falhas, como falta de extintor, triângulo etc., criam as maiores dificuldades aos motoristas, que enfrentam diuturnamente, os perigos das estradas, onde o aumento progressivo de veículos vem sufocando o tráfego rodoviário. A fiscalização rodoviária deve ser, ao nosso ver, cada vez mais rigorosa evitando assim os perigos constantes dos abusos de alguns. A fiscalização e o controle nas estradas torna-se cada vez mais necessário. Entendemos no entanto que ela deve ser feita sempre com o sentido instrutivo e preventivo, onde uma orientação em altos termos, trará, indubitavelmente, maiores resultados, do que aquela que onera, castiga e cria dificuldades. Ora, se um motorista tem o seu carro multado por alguma falha e deve recolher a multa respectiva, justo se torna que se lhe dê a oportunidade de cumprir com o seu dever. Anteriormente à circular acima referida, o veículo apreendido só seria liberado após o recolhimento da importância devida, em qualquer Agência arrecadadora Estadual, o que facilitava até certo ponto o fiel cumprimento das determinações regulamentadoras.

Hoje, entretanto, após a apreensão do veículo, a multa só pode ser paga nos Distritos Rodoviários, o que representa um verdadeiro transtorno para todos, uma vez que os mesmos se acham situados muito distantes um do outro. Em muitos casos o infrator terá que percorrer mais de 100 quilômetros para recolher uma multa, quando a mesma poderia ser efetuada na cidade mais próxima, como era anteriormente.

Assim, com o sentido de procurar facilitar, para que todos possam cumprir com o seu dever, solicitamos que, após ouvido o Plenário desta Augusta Casa de Leis, seja endereçado um Ofício de apelo ao Exmo. Senhor Coronel Sabino Neves Vieira, digníssimo Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, solicitando a revogação daquela portaria e a autorização para que as multas aplicadas, quando ocorrer a infração, possam ser recolhidas nas agências de Rendas Estaduais, ou mesmo nos Bancos da cidade mais próxima.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1973.

(a) Rosário Pitelli

#### PROJETOS DE LEI:

##### Projeto de Lei n.º 114-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Fica o Poder Executivo autorizado doar ao Município de Santo Antonio da Platina, 3 (três) tratores de pneus, marca Allis Chalmers modelo D 14, série 23 904, 23 983, 23 986, todos pertencentes à Secretaria de Estado dos Negócios de Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1973.

(a) Borsari Netto

#### JUSTIFICATIVA:

Os tratores, objeto do presente plano de Lei, foram, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, colocados à disposição da Café do Paraná, no início de 1962. A Café do Paraná considerando que os tratores, pelas horas trabalhadas e pelos anos de uso, já haviam ultrapassado o período de vida útil, tornando-se anti-econômicos para a Empresa, os devolveu à Secretaria da Agricultura, em fins de 1972.

Os tratores encontram-se, atualmente, localizados no Parque Castelo Branco, considerados improdutivos aos serviços da Secretaria da Agricultura, mas poderão ser de utilidade para o Município ao qual se propõe a doação.

Com a efetivação da doação estará o Estado, através da Secretaria dos Negócios da Agricultura, também, incentivando os setores ligados a essa Pasta, pois o Município poderá recuperar os tratores e utilizá-los em benefício dos municípios que se dedicam à agropecuária.

##### PROJETO DE LEI N.º 115-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com sede e foro na cidade e Município da Lapa, neste Estado.

§ único — O regime de manutenção e o órgão mantenedor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras com criação prevista neste artigo, serão indicados por iniciativa do egrégio Conselho Estadual de Educação.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1973.

(a) João Fadel

#### JUSTIFICATIVA:

É do consenso geral que um Processo de Implantação de estabelecimento de ensino universitário em Cidade do interior não nasce nem ganha impulso gratuitamente. Ele é, antes de tudo, a cristalização de uma etapa da cultura de determinada coletividade que, no anseio de conquista de novos instrumentos que lhe possibilitem um melhor estágio de desenvolvimento e aproveitamento de suas potencialidades socio-econômicas e culturais encontra, na formação universitária de seus membros na própria região a resposta às necessidades fundamentais de integração no processo global de crescimento na Nação.

Quando a Câmara Federal discutiu, ao longo de 14 anos, a Lei de diretrizes e bases da Educação dos debates nas Comissões Técnicas e em Plenário acabou sendo firmado o conceito da necessidade de interiorização do ensino universitário, dada a fundação Histórica e social da universidade. Na ocasião também salientou-se que no Brasil os cursos superiores são instalados com muita pressa e às vezes sem a necessária e indispensável mobilização das comunidades onde são implantados o que determina excesso de tempo ocioso nos unidades com reflexos na elevação do custo de manutenção.

Atento para estes fatores o egrégio Conselho Federal de Educação Entendeu emitir normas reguladoras para criação de Faculdades no interior dos Estados e deferiu aos respectivos Conselhos Estaduais e regulamentação de cada uma, guardados os aspectos peculiares de cada região onde se pretende a implantação de curso superior.

No caso específico da cidade da Lapa de que trata o presente Projeto de Lei, temos a satisfação de registrar que a comunidade encontra-se, por suas forças vivas — sociais, econômicas e culturais —, no ápice de um estágio de evolução que lhe permite aspirar como perfeitamente concretizável a fundação e instalação na Cidade de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que, pela gama mais ampla de cursos de formação melhor se adapta à vocação cultural da Região e melhor atenderá, a médio prazo, os interesses da juventude estudiosa de todos os Municípios do Vale Alto Iguaçu, de cuja Micro-Região a Cidade da Lapa é polo irradiador do progresso e desenvolvimento.

Com efeito e para suporte de argumentação em favor do presente Projeto de Lei, deve-se salientar que a futura Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Lapa virá beneficiar uma Região que conta com cerca de 120.000 (cento e vinte) mil habitantes, dos quais cerca de 60% (sessenta por cento) contando com menos de 21 anos de idade, sendo esta população dos Municípios de Agudos do Sul, Pien, Quitandinha, Tijucas do Sul, Campo do Tenente, Lapa, Porto Amazonas, Rio Negro, Antonio Olinto, São João do Triunfo e São Mateus do Sul e que, conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Estatística integram uma mesma Região Geo-Educacional.

Acresce ainda o fato de a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Lapa poder vir a se constituir, a médio prazo, no embrião da futura Fundação Universitária do Vale Alto Iguaçu, entidade para cuja organização já encontra-se motivada a opinião pública da Região e que, concretizada, poderá inclusive promover a instalação e funcionamento de outras unidades de curso superior em outros Municípios da Região que apresentem características especiais para determinados institutos.

Finalmente, cite-se que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, pelo seu instituto de Geo-Ciências poderá fornecer profissionais habilitados para absorção na refinaria do Xisto, em São Mateus, e na refinaria de Araucária, o que determinaria a elevação Econômica de toda a Região, porquanto os técnicos aproveitados seriam dali naturais, evitando-se, por outro lado, que pessoas de qualificação profissional de outros lugares viessem competir no mercado de trabalho com a mão-de-obra regional.

Os nobres Deputados certamente concordarão com a oportunidade do presente Projeto de Lei, pois, homens públicos afeitos aos problemas do interior do Estado bem poderão avaliar o benefício que sua aprovação carreará para ponderável parcela da população e, assim, dar-lhe-ão seu indispensável e honroso apoio.

##### PROJETO DE LEI N.º 116-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem DER-PR, para fins de implantação de revestimento primário, conserva a manutenção, a estrada municipal que liga os Municípios de Arapoti e Pinhalão, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1973.

(a) João Fadel

#### JUSTIFICATIVA:

Há algum tempo, através de requerimento aprovado pelo ilustrado Plenário desta Casa, encarecemos à Secretaria dos Transportes que efetivasse, pelo Departamento de Estradas de Rodagem DER-PR, os serviços de implantação de revestimento primário na estrada que liga os Municípios de Arapoti e Pinhalão, obra que se impunha para atendimento dos interesses dos lavradores daquela região geo-econômica que, para escoamento dos produtos agrícolas e também dos da indústria extrativa, vêm encontrando dificuldades devido o péssimo estado de conservação daquela via.

Recebemos, em resposta àquela solicitação, informação oficial da Secretaria dos Transportes de que aquele trecho pertence à rede Municipal e, assim, o DER-PR, não tem como realizar as obras pretendidas e reconhecidas como necessárias.

Não obstante, o problema focalizado na ocasião e que agora projetamos no corpo do Projeto de Lei ora apresentado à consideração do ilustrado Plenário perdura e, assim, optamos pela presente forma legal de contornar aquele impedimento de ação transferindo para a jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem — DER-PR., o referido trecho, o que dará ao órgão estadual condição de direito para realizar a tarefa, além de desonerar



aqueles Municípios de dispêndio orçamentário vultoso para conserva e manutenção da rodovia em apreço.

Por outro lado, atribuindo-se ao órgão estadual a responsabilidade da manutenção e conserva da estrada referida estaremos facilitando em muito o escoamento normal de toda produção agrícola e industrial da região, devendo aqui ser ressaltado o que significa em arrecadação para o Estado o produto das indústrias extrativas que ali operam, somados às fartas safas de gêneros de consumo imediato que, por sua natureza, devem ter facilitado seu depósito nos centros consumidores dentro do menor prazo possível, pena de se deteriorarem.

Invocando para melhor justificativa os conhecimentos dos nobres Deputados sobre a questão abordada e julgando oportuno o presente Projeto de Lei, temos por certo que dispensarão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio.

**PROJETO DE LEI N.º 117-73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Faculdade de Veterinária com sede e foro na cidade e Município de Castro, neste Estado.

Art. 2.º — A Faculdade de Veterinária referida no artigo anterior deverá fazer parte integrante da Universidade Estadual de Ponta Grossa, neste Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 31 de maio de 1973.

(a) João Fadel

**JUSTIFICATIVA:**

O presente Projeto de Lei tem por objetivo promover condições concretas de aproveitamento de todas as potencialidades da pecuária da região de Castro que se constitui bacia leiteira de preeminência, inclusive para o abastecimento diário da população de Curitiba, Pr.

Com efeito, no Município de Castro estão localizadas algumas das mais importantes cooperativas de laticínios do Paraná principalmente aquela decorrente do acordo com Brasil-Holanda que mantém plantel de alta linhagem e contribui decisivamente para elevação do nível zootécnico do rebanho bovino no Paraná.

Entretanto, até o presente momento não houve uma conscientização por parte do poder público para impulsionar a vocação da região pela pecuária através de curso de grau superior que possibilite aos jovens que se dedicam à atividade um conhecimento científico de suas finalidades e a aplicação, na prática, dos modernos métodos de sanitarismo animal para aumento de produtividade dos plantéis.

Por outro lado, vale ainda salientar-se que o Município de Castro juntamente com seus Distritos conta com uma população global de 37.995 habitantes; apresenta uma sólida infra-estrutura educacional constituída de colégios e cursos técnicos de nível médio e dispõe de todas as demais condições normalmente desejáveis para instalação de um curso de nível superior e, no caso específico da Faculdade de Veterinária pretendida pelo presente Projeto de Lei, a pré existência, já, de um "Campus" Universitário e que poderá ser concretizado através de acordo ou convênio entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a cooperativa agrícola de Carambei.

Note-se, ainda, que o Projeto de Lei ora apresentado prevê que a Faculdade de Veterinária deverá integrar a estrutura da Universidade Estadual de Ponta Grossa e, por isso, não haverá impedimento maior para concretização de sua criação pois, inclusive, o próprio Conselho Federal de Educação tem entendimento de que as universidades regionais devem sempre que possível diversificar a implantação de suas Faculdades tendo como critério para localização dos institutos as exigências Geo-Eduacionais de cada setor aliados às condições de exequibilidade de manutenção de cada unidade.

Isto posto, vê-se militarem em favor do presente Projeto de Lei todas aquelas pré-condições, pois a cidade de Castro, com a criação de uma Faculdade de Veterinária terá os meios naturais de desenvolvimento de sua pecuária; sua situação geográfica situa-se como influente da região geo-econômica formada por Pirai do Sul, Telêmaco Borba e Tibagi, com um total de 72.894 habitantes; e sua economia sólida e em expansão somada ao alto espírito comunicativo dos seus moradores dão-nos base para a viabilidade econômica da implantação daquela unidade superior de ensino.

Certamente o Egrégio Conselho Estadual de Educação ao pronunciar-se no mérito deste Projeto de Lei saberá suprir com dados técnicos e argumentação correlata esta justificativa que, justamente por sua condição de rápida explanação do assunto não esgotou a matéria dando ensejo, apenas, ao início de seu estudo.

Os nobres Deputados entenderão que a aprovação deste Projeto de Lei virá beneficiar ponderável parcela da população de nosso Estado e, assim, tenho por certo que darão ao mesmo o honroso e indispensável apoio.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

— Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conforme é do conhecimento desta Casa, o Dr. Marcos Prado, Diretor do DETRAN, Departamento de Trânsito, órgão vinculado à Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, encaminhou à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, um ofício no qual encaminha pedido de autorização para processar criminalmente o Deputado Antonio Belinati, cujo expediente teria sido entregue pessoalmente ao Presidente de então, Deputado Wilson Fortes. "A falta de solução ao solicitado, até a presente data, impede-nos a pedir as valiosas e superiores providências de V.Exa. no sentido de permitir a tramitação daquela representação aqui ratificada em todos os seus termos".

Agradecendo pela proverbial acolhida, serve-se o Sr. Diretor do DETRAN da oportunidade, para manifestar ao Presidente da Casa, as expressões de real estima e distinguida consideração.

O Sr. Erondy Silvério — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Antes de V.Exa. prosseguir, nem sei o que V.Exa. vai falar, mas nos parece que o Dr. Marcos Prado, que é inclusive professor universitário, está precisando de inscrever-se no MOBIL. Chega às raízes do absurdo, o Diretor do Departamento de Trânsito, a oficiar ao Presidente da Assembléia, pedindo licença para processar um Deputado.

Deve primeiro inscrever-se no MOBIL, para depois merecer a atenção desta Casa; tal a brutalidade, tal a indecência do pedido formulado pelo Diretor do DETRAN.

Obrigado a V. Exa.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — É exatamente nesta linha que eu pretendo conduzir este meu pronunciamento.

O que causa espanto é que o Sr. Diretor do DETRAN em um só Requerimento comete três erros grosseiros. O primeiro é porque é vedado a Diretor do Departamento se dirigir ao Presidente de um poder constituído; infringe normas e regras legais. Expediente de Diretor de Departamento diretamente ao Presidente de um Poder Constituído, como é ao Presidente de um Poder Constituído como é a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Ou pelo menos, presumo que ainda seja. O expediente, qualquer que fosse, que quisesse aquele diretor, dirigir à Assembléia Legislativa, teria que ter feito inclusive através do titular da Secretaria a que pertence, no caso, a Secretaria de Segurança Pública.

Comete mais um erro o Diretor do DETRAN, pedindo autorização desta Casa para processar criminalmente um Deputado porque, consoante regras constitucionais, não há necessidade de licença da Assembléia Legislativa para processar um Deputado.

Em terceiro lugar revela o Diretor do Departamento de Trânsito incultura política e democrática no momento em que não se conformando com algumas críticas, pretende respondê-las através de um processo criminal e não através de um diálogo amplo e franco como seria de se desejar.

O Sr. Sebastião Rodrigues Jr. — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Antes de V.Exa. desenvolver o assunto que o leva à Tribuna quero dizer que vários são os motivos que têm quase que impedido uma crítica de ordem geral à administração do DETRAN. O fato do Sr. Marcos Prado haver composto um grupo que foi responsável por um plano quanto à urbanização de Curitiba; a sua formação universitária, a sua juventude e também a aparência de entusiasmo como se dedicou à sua função, fizeram com que o curitibano de modo geral desse a S.Exa. um crédito de confiança e da parte dos mais pacientes, entre os quais me incluo, deve ser dado por estímulo. Na verdade, se analisarmos o trabalho deste homem à frente do DETRAN, concluiremos que a ele deve ser concedido o título de "inimigo público número um de Curitiba". É só passar pelas ruas centrais de Curitiba, pelas ruas dos bairros da Capital para ver a barbaridade que o Diretor do DETRAN consegue fazer em termos de tráfego em Curitiba. S. Exa., autor de um livro "Este trânsito louco", não tenha dúvida que vai acabar personagem de outro livro "O louco do Trânsito", porque assim ficará conhecido após seu período administrativo à frente do DETRAN. A minha paciência, apesar da admiração pessoal que tenho por S.Exa., já se esgotou. Sou um dos Deputados a quem é dirigido seu processo, e acho que vem praticando barbaridades no tráfego da Capital não merece mais consideração. É preciso um movimento para ser retirado da frente do DETRAN porque hoje merece o título de "inimigo público número de um do curitibano".

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Obrigado pelo aparte de V.Exa.. Ainda comete o Sr. Diretor do Trânsito mais um grande erro, porque se dependesse de licença desta Assembléia para que se processasse criminalmente um Deputado, jamais seria pela forma como foi conduzido este problema. A licença deveria ser solicitada por um Juiz da comarca competente e nunca através de um simples requerimento administrativo como foi o requerimento protocolado nesta Casa.

De maneira que é espantoso que se cometa o erro primário, afóra o erro de conteúdo que contém o referido expediente. E o mais grave é que, conforme foi anexado ao primeiro expediente, anote-se que ele foi preparado pela Assessoria Jurídica daquele Departamento.

Por todos os títulos, é lamentável esta ocorrência. E eu que sempre me propus a defender este Poder, embora o Deputado em questão não pertença ao meu Partido, nem por isso deixo de fazer esta manifestação. Porque, no presente problema, o que está em jogo é o resguardo desta Assembléia Legislativa e, naturalmente, qualquer dos Deputados.

O Sr. Erondy Silvério — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, acho que aí não se trata de pertencer à ARENA ou ao MDB. Mas, a função principal dos Deputados, Representantes do povo, é a fiscalização dos atos públicos. Principalmente, do emprego do dinheiro público. Para mim, acho que a principal função, hoje, do Poder Legislativo, desde que já sofremos sérias restrições constitucionais na iniciativa de leis, é a fiscalização. Então, restringiu-se de tal forma o papel do legislador que a nossa missão, parece-me, que agora aquela de fiscalização dos dinheiros públicos e, também a defesa intransigente da população. Quando um Deputado sobe à Tribuna para atacar esta ou aquela autoridade que tem exorbitado de suas funções, não nos parece justo que essa autoridade, procure, por meio de intimidação, censurar um Deputado. Se essa autoridade se julgou ofendida em sua moral, em seus brios, em sua honra, não precisava de licença do Poder Legislativo. Acho que esse cidadão tem um espírito fascista, não admite críticas de quem tem o direito de fazê-las em defesa da população. Se o Deputado não defender o povo que está prejudicado, se sobe à Tribuna para defender o povo, é ameaçado. Não me admira se, amanhã, algum Deputado vier a dizer que esse cidadão é o maior do mundo, um grande administrador e que tem o direito de processar o Deputado. Parece-me que amanhã, — e já estou vendo — um Deputado poderá subir à Tribuna e vir defender o ponto de vista do DETRAN. Posso não comungar do pensamento do Deputado Sebastião Rodrigues quando diz que o Diretor do DETRAN é o "inimigo público n.º 1". Posso não comungar desse pensamento, embora faça sérias restrições ao Plano Viário de Curitiba, elaborado pelo IPPUC e pelo DETRAN, porque há um verdadeiro estrangulamento das principais vias de comunicação da cidade. E isso tem irritado o povo, principalmente os motoristas, particulares ou amadores, que, hoje, gastam três vezes o tempo que gastavam antes, no Governo anterior, quando lá no Departamento dos Transportes havia um homem que tinha bom senso, o Sr. Abílio Ribeiro, e quando a circulação de veículos se fazia com muito mais facilidade, não se perdia o tempo que é útil, que é precioso. Não havia aquela irritação constante dos motoristas, dos próprios pedestres, como há hoje, e além do que é mais grave, o desfalece que isso representa para a própria economia da Nação, porque para um veículo atingir o mesmo ponto que atingiria no governo passado, gasta quase que três vezes mais combustível. Porque o Dr. Marcos Prado acha que os veículos devem circular assim, para evitar congestionamento. Fecharam determinadas ruas, duas ou três quadras são num sentido, outras quadras em sentido contrário, e o cidadão fica zanzando pela cidade. Isso até seria uma matéria de convocação do Diretor do DETRAN, para



S.Exa. explicar o porquê. Até parece que o homem é o inimigo público n.º 1, porque parece que ele tem verdadeira fobia contra o povo. Iremos demonstrar, se a maioria dos Deputados achar por bem convocá-lo, vamos mostrar aqui mais de 200 erros na circulação viária de Curitiba, ocasionando sérios transtornos não só à vida cotidiana, mas à própria economia da Nação. Porque se gasta agora muito mais combustível do que no Governo anterior, com o outro Diretor. Não havia, então, essa barbaridade de plano viário de Curitiba: anel de tráfego lento, anel de tráfego rápido, estrutural Sul, Norte, tudo ficando cada vez pior. Mas quando o Deputado sobe à Tribuna para tecer essas críticas que são várias, lá vem o Diretor do Trânsito intentar um processo contra o Deputado que ousa criticá-lo. Então, vejamos V.Exas., a que vamos ficar reduzidos daqui a dois ou três anos, se vingar isso. Vai existir a Assembléia apenas para conceder votos de louvor, de aplausos, de pesar, conceder honrarias e recebermos o dinheiro no fim do mês. Nosso destino vai ser esse, se não houver uma reação dos homens viris, se não nos rebelarmos contra a prepotência de determinados homens do Executivo, tanto diretores de Departamento como Secretários de Estado.

O Sr. Sebastião Rodrigues Junior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, dada a ausência de nosso Líder, gostaria de agradecer a V.Exa. essa manifestação em defesa do direito da crítica exercida por um de nossos Deputados, ou melhor, um Deputado da Bancada do MDB. E não é pelo fato de ser um Deputado de minha Bancada agredido, que me manifesto desta forma com relação ao Diretor do DETRAN. Na verdade, se S.Exa. for processar aqueles que o criticam, teria que processar quase que a cidade inteira. Procurei entender o que o Sr. Marcos Prado pretendia com seu plano viário. Acredito que deve ser alguma formulação estética. Com essa sua maneira de disciplinar as ruas, quem olha o tráfego de cima, de um avião, vai ter a impressão de que é uma flor que desabrocha. É um sentido estético muito grande. S.Exa. deve ser uma espécie de poeta do tráfego, porque historiador e prosador, parece que já é, porque escreveu um livro. Mas não é com formalidades estéticas que se conduz um trânsito. É preciso que S.Exa. coloque a cabeça no lugar, ou que coloquem outro no lugar de S.Exa.. Lamentavelmente, foi um fracasso tremendo a passagem desse homem pelo DETRAN. Mais um argumento que temos a oferecer contra esse dinamismo que procura cercar a administração pública de hoje: no papel é bonito, deve merecer aplausos, mas na prática redundou em erro total. Tanto assim é que tive oportunidade — está aqui o Deputado Borsari Netto que não me deixa mentir, quando disse a S.Exa. que gostaria que o Diretor do Trânsito fizesse comigo a caminhada de minha residência até a Assembléia, para que S.Exa. visse que não existe uma via de acesso direto. Todas as ruas são cortadas pelo meio, metade com trânsito para cá, metade para lá, e já ouvimos dizer que não é S.Exa. que faz o plano viário de Curitiba, que é uma senhora que lá se encontra.

O Sr. Marcos Prado vai muito pouco porque tem que tratar de assuntos de professor universitário e outras coisas que tomam o precioso tempo de S.Exa.. Esta sua faceta de "poeta do trânsito" malograra totalmente.

É o subsídio que ofereço a V.Exa. ressaltando o seguinte: Se o Sr. Marcos Prado deseja processar alguém que o critica em Curitiba, terá que processar a cidade inteira porque é merecedor da crítica de grande parte da população curitibana.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Realmente, é de se explorar o filão esteticista do Sr. Diretor do Trânsito, Concorro plenamente com o deputado Sebastião Rodrigues Junior.

Manifesto, igualmente, minha concordância total com o aparte do Deputado Erondy Silvério porque acredito que esta Assembléia faz valer sua função fiscalizadora ou então ficará reduzida a apenas uma Casa de Voto de Aplauso.

Mas, para finalizar proporia à Mesa desta Casa o seguinte: Que nem sequer tomasse conhecimento desse expediente em razão de não só violar uma norma de ética, como viola uma norma escrita no sentido de impedir que um Diretor se dirija diretamente ao Chefe de um Poder Público constituído, como é o da Assembléia Legislativa.

Em vez de ficar nessa fúria processante, melhor seria que o nobre Diretor do Trânsito viesse a esta Casa explicar um cem número de coisas anômalas que parece estão ocorrendo naquele Departamento, inclusive o problema festejado e decantado dos famosos exames psicotécnicos.

Proporia que esta Casa convoque o Diretor para que venha dar as explicações que o público está exigindo e que nós, como representantes do povo, estamos a exigir. Proporia ao nobre Líder que nem sequer tomasse conhecimento de expediente desta natureza.

Finalmente, quero manifestar o meu repúdio às várias e diversas tentativas que tem feito esse Diretor no sentido de maltratar e "avacalhar" esta Assembléia como recentemente no episódio ocorrido com o Deputado Gabriel Manoel e agora, contra um Deputado da oposição, pedindo licença, erradamente, para processá-lo.

Agradeço a atenção, muito grato aos Srs. Deputados e ao Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. deputado Gilberto Garvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "No dia 26 passado, tivemos oportunidade de acompanhar o Senhor Secretário de Educação, Superintendente da Furdepar e Diretor do Departamento de Edificações e Obras Especiais, onde pudemos observar a disposição do titular daquela Pasta, inclusive seus assessores, à atenção dispensada aos Senhores Prefeitos ouvindo as reivindicações de cada um e tomando conhecimento das reais necessidades da região no setor do ensino, cuja atitude é digna de registro, pois só com dinamismo e boa vontade poderemos recuperar o tempo perdido.

"Mas, Senhores Deputados, trago ao conhecimento desta Casa, que estivemos, 5.a feira passada em Brasília, como componentes de uma Comissão que representava os Prefeitos da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí e COM CAM de Campo Mourão, onde fomos reivindicar a construção da Estrada BR-369, Cascavel, Campo Mourão, Campo-Mourão-Jandaia do Sul. Não posso, neste momento, deixar de transmitir os agradecimentos à bancada Federal que nos deu oportunidade de participar da reunião em Mesa Redonda com o Senhor Ministro dos Transportes, Diretor Geral do DNER, cuja reunião se destinava inicialmente à Bancada, e que, por proposição dos Vice-Líderes Zacharias Seleme e Túlio Vargas, pudemos discutir em pé de igualdade o plano viário destinado ao Paraná.

Lá compareceu toda a Bancada Federal, inclusive os Senadores Ney Braga e Accioly Filho.

Agradeço ainda a cobertura que tivemos de toda a imprensa falada e escrita, desde nossa saída do Paraná: à TV Tibagi, Canal 11; à "Gazeta do Povo"; ao "O Estado do Paraná" e à "Folha de Londrina", cujo Diretor, Sr. João Milanez, nos prestigiou de toda forma, quer dando cobertura em seu jornal, inclusive compondo nossa Comissão e participando desse Encontro em Brasília, e o Presidente da APAC, Dr. Justino Villena e representantes do Rotary Clube de Londrina.

Fomos muito bem recebidos pela nossa Bancada, Senadores e Deputados, pelo Ministro Mário Andreazza, e Diretor do DNER, Dr. Elizeu Rezende, quando fizemos a entrega de um Memorial, o qual quero deixar aqui registrado, cujo teor é o seguinte:

(Lê):

"Ao Excelentíssimo Senhor Ministro Mário Andreazza.

As realizações do Governo da Revolução, com a elevação e grandeza do Brasil no Exterior, com a paz e tranquilidade asseguradas pela situação econômica, com as grandes rodovias ligando o País, planificadas e construídas por Vossa Excelência, oferecem um clima de trabalho e progresso invulgar, admirado e comentado no mundo inteiro. E começamos a ter hoje, Senhor Ministro, o Brasil de amanhã tão sonhado por gerações passadas.

E Vossa Excelência, como um dos artífices desse período revolucionário bem pode compreender e tornar realidade a aspiração de uma grande região laboriosa que há mais de dez anos, com os altos objetivos de coope- rar com a Nação e seu engrandecimento, luta pelo término de uma estrada de sua importância para a economia nacional, a Rodovia BR-369, ex-BR-87, (Jandaia do Sul-Campo Mourão).

Vossa Excelência, como Ministro do inesquecível Presidente Costa e Silva, ouvindo os clamores do povo da região Norte-paranaense e a importância do empreendimento, deu prosseguimento à referida rodovia e no trecho mais difícil foi terminada a terraplenagem, pontes etc., só faltando a cobertura de asfalto no trecho Jandaia do Sul a Bom Sucesso. Por questões desconhecidas a estrada não teve prosseguimento, com prejuízos enormes para a economia paranaense. A necessidade do término urgente dessa rodovia já é por demais conhecida das autoridades estaduais e federais, tanto assim que a BR-369 vem figurando há mais de dez anos nos planos preferenciais e prioritários dos vários Governos da Revolução.

Com a grande vitória do Governo do Presidente Médici que já tem assegurada a construção imediata da maior hidrelétrica do mundo (Itaipú), mais se agiganta a necessidade urgente da construção desta Rodovia, que encurtará em mais de setenta quilômetros a distância entre a Usina e a Capital da República, bem como as grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro etc.

O trecho Jandaia do Sul- Campo Mourão-Cascavel, encurtando distância e percorrendo uma das zonas mais ubérrimas do nosso território, ajudará substancialmente o esforço governamental na concretização do oportuno plano nacional dos corredores de exportação. O traçado da BR-369, sábia e patrioticamente projetado em linha reta, sem cor política, unirá os grandes centros ao Rio Paraná e à Usina Itaipú, proporcionando o escoamento da nossa produção industrial para os mercados da América do Sul, que já dão preferência à técnica e qualidade dos produtos brasileiros. Na parte referente ao turismo, ligando diretamente aos grandes centros as belezas naturais das cataratas do Iguaçu, uma das sete maravilhas do mundo, terá fundamental importância para o desenvolvimento do Brasil.

Comercialmente falando se trata de um investimento que se pagará em poucos anos com a própria produção agro-pastoril da região, reconhecida- mente a mais importante do País. Podemos acrescentar ainda que a BR-369, ligando Jandaia do Sul-Campo Mourão-Cascavel em linha reta, captará a produção de uma bacia hidrográfica de vastas proporções formada pelo Rio Paraná e seus afluentes — Ivaí, Piquiri e Iguaçu — abrangendo uma área de influência de cinquenta mil quilômetros quadrados, concluindo assim que o término dessa artéria, cujas obras estão bastante adiantadas, é de suma importância econômica, estratégica e turística.

O apelo do povo desta região, representado pelos seus mais legítimos e categorizados representantes, especialmente dirigido a V. Exa. e assim, esperamos e acreditamos que a estrada da produção, do turismo e do comércio, terá o seu término muito breve, merecendo assim os responsáveis pela obra, o agradecimento das gerações futuras e dos paranaenses que juntamente com o seu Governador, Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza, continuam e continuarão trabalhando e produzindo para um Brasil maior, mais forte e mais feliz.

Jandaia do Sul, 31 de maio de 1973"

(seguem-se assinaturas)

Junto com esse memorial, entregamos o estudo de viabilidade preparado pela CR Almeida, o que foi de grande valia.

O Sr. Secretário dos Transportes não pode comparecer ao encontro por motivo imprevisto em sua viagem à Capital Federal, ficando retido em S. Paulo por falta de condições de voo. Mas tenho certeza, que irá se empenhar na inclusão dessa estrada tão importante para a região, para o Paraná e para o Brasil. Mas temos conhecimento de que dá estava conosco o nosso amigo companheiro Deputado Ivo Tomazoni.

Tomamos conhecimento também de que o Sr. Ministro dos Transportes estará em nosso Estado no mês de agosto, quando assinará contrato para pavimentação das seguintes estradas:

- 1 — Paranavai-Nova Londrina.
- 2 — Cascavel-Toledo.
- 3 — Mauá-Faxinal.
- 4 — Irati-Relógio.
- 5 — Ibatí-Santo Antonio da Platina.
- 6 — Paranaguá-Curitiba-Campo Largo (duplicação).
- 7 — S. Paulo-Curitiba.
- 8 — Cascavel-Campo Mourão — Esperando que com o apoio do Secre- tário dos Transportes, Cel. Cássio de Paula Freitas, seja incluído Campo Mourão-Jandaia do Sul.

Quero, neste momento, propor aos Senhores Deputados a aprovação do seguinte Requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimen- tais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Sua Excelência o Senhor Ministro dos Transportes, Coronel Mário David Andreazza, transmitindo veemente apelo e integral apoio para o término da Rodovia BR-369, trecho Cascavel-Campo Mourão e Campo Mourão-Jandaia do Sul, estrada de suma importância para a economia nacional, encurtando



distâncias e colaborando substancialmente na concretização do esforço do Governo ao elaborar o plano nacional dos corredores de exportação.

Solicita, outrossim, que o trecho Campo Mourão-Jandaia do Sul, seja incluído na concorrência para reinício dos trabalhos, conjuntamente com o trecho Cascavel-Campo Mourão, cuja assinatura do contrato para reinício das obras já foi confirmado pelo Senhor Ministro dos Transportes, para agosto do corrente ano.

Determinados trechos da referida Rodovia já estão com os trabalhos de terraplanagem concluídos, juntamente com as respectivas obras de arte faltando, apenas, a cobertura do asfalto, como é o caso do trecho Jandaia do Sul a Bom Sucesso, cuja conclusão urgente irá proporcionar o escoamento rápido e o encurtamento de distâncias para o desenvolvimento do Estado.

Além disso, com a construção imediata da maior hidroelétrica do mundo (Itaipu), é prioritária a referida obra, que encurtará em mais de setenta quilômetros no sentido de Foz do Iguaçu.

No aspecto referente ao turismo, estará ligando diretamente com as Cataratas do Iguaçu, de fundamental importância para o desenvolvimento turístico do Brasil.

Da decisão do presente, solicita outrossim, que seja encaminhada cópia ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Coronel Cássio de Paula Freitas e ao Presidente da Associação dos Municípios do Vale do Itaipu e ao Presidente da COM-CAM deste Estado.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1.973

a) Gilberto Carvalho

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. No início do ano de 1.970, apresentamos um Anteprojeto de Lei, como sugestão ao então Governador Paulo Pimentel, que enviou a esta Casa Mensagem criando a Fundação de Amparo e Estímulo às pesquisas do Paraná que convertida em lei, de número 6.189 de 26 de abril de 1.971.

Este nosso pedido, Sr. Presidente, foi motivado pelo grande número de cientistas do Paraná que não encontrando recursos e ambiente favorável para o desenvolvimento de suas pesquisas, procuraram outros Estados, como São Paulo, onde encontravam melhores condições para desenvolverem suas técnicas de conhecimento.

Prova dessa nossa acertiva, está no fato de que o emérito professor Metry Bacila, deixando o Paraná, encontra-se a serviço da Universidade do Estado de São Paulo, quando deveria estar prestando estes mesmos serviços com seus conhecimentos valiosos à nossa Universidade, principalmente no campo tecnológico.

O Estado de São Paulo também deve ter se preocupado com este problema tão importante para a vida brasileira.

Hoje o Brasil importa 900 milhões de dólares anuais de tecnologia, por não estar desenvolvendo como deveria fazer, pesquisas, evitando desta forma que nossos cientistas saíssem de nosso Estado ou saíssem de outros Estados da Federação e se dirigissem para o exterior.

Sr. Presidente, é por este motivo que lemos na "Folha de Londrina" do dia 3, na sessão "Política e Informações", que uma Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento internacional, a USAID, abriu um crédito de 15 milhões de dólares, cerca de 100 milhões de cruzeiros para o Governo do Estado de São Paulo.

"O financiamento concedido pelo Governo norte-americano complementará os recursos do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, destinados ao Projeto de Ciência e Tecnologia, cujo objetivo básico é o de promover a absorção de novas tecnologias pelas empresas nacionais".

Diz ainda mais o comentarista que "o financiamento de assistência técnica às empresas, é nas áreas de controle de qualidade, pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos. Segundo o professor José Pastore, coordenador geral do projeto, de 100 empresas visitadas desde dezembro, 90 se dispuseram a negociar por meio do Procet, com contratos de até 2 milhões de cruzeiros, a montagem de laboratórios de pesquisas. Dessas empresas, 70 pertencem aos setores de metalurgia e alimentação. Atualmente, 20 projetos estão sendo examinados pelo Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, para aprovação de créditos".

É muito mais importante que o Paraná, sendo um Estado eminentemente agrícola, tenha esta mesma preocupação que tem o Estado de São Paulo, a fim de que esses recursos sejam carreados também para nosso Estado.

Uma pergunta que fazemos e, acredito, fazem todos os interessados pelo desenvolvimento do Paraná. Desde que temos um instrumento legal oferecido por esta Assembleia Legislativa para desenvolver tão importante atividade do setor científico, desde que devidamente amparados com recursos e os nossos cientistas estimulados para desenvolverem tecnologicamente pesquisas no setor agrícola para execução deste plano, porque o Governo do Estado não regulamenta esta lei n.º 6.189, de 26-4-71, aprovada por esta Casa e sancionada pelo ex-Governador Paulo Pimentel.

Sr. Presidente, já tomamos conhecimento de que pensa a Universidade Estadual de Londrina criar, para o próximo ano, a Faculdade de Engenharia. E para que isso possa ser uma realidade, deveríamos, como o Estado de São Paulo, fazer solicitações de verbas para que nos proporcionem recursos para esse desenvolvimento tecnológico.

Nesta oportunidade, fazemos um apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Pedro Parigot de Souza, homem sensível a esses problemas, que regulamente essa Lei o mais depressa possível, a fim de que nossos cientistas encontrem, nessa Função, os meios necessários e indispensáveis para que, cientificamente, possamos desenvolver principalmente o setor agrícola do Paraná.

Sr. Presidente, não poderíamos deixar, nesta oportunidade, de dar os parabéns ao Estado de São Paulo, à "Folha de Londrina" pela informação tão importante prestada e que deve servir de exemplo ao nosso Estado, e também o apelo que fazemos ao Sr. Governador para a rápida regulamentação desta Lei. Por esse motivo, apresentamos, nesta oportunidade, dois requerimentos, um dirigido ao Sr. Governador do Estado e outro à "Folha de Londrina", no seguinte teor: (Lê)

#### "Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimen-

tais, solicita de Vossa Excelência que após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, transmitindo o apelo desta Casa para que sua Excelência regulamente a Lei n.º 6.189, de 28 de abril de 1971, e que criou a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1973.

(a) Olavo Ferreira

#### JUSTIFICATIVA:

A nossa imprensa destacou no último dia 3 notícia sobre a vinda de recursos internacionais para São Paulo, com vistas ao financiamento do Programa de Ciência e Tecnologia, executado pelo seu Conselho Estadual de Tecnologia. Certo é que se dispusermos de instrumento próprio, poderemos também elaborar programas e carrear recursos externos para as nossas pesquisas e desenvolvimento tecnológico-científico. Faz-se então necessário que o Poder Executivo regulamente a Lei aprovada por esta Assembleia que criou a Fundação de Amparo à Pesquisa, dando-lhe as condições necessárias para o seu funcionamento. Daí as razões do nosso apelo".

#### "Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, requer de Vossa Excelência o envio de Telegrama à "Folha de Londrina", nos seguintes termos:

"Assembleia Legislativa Paraná congratula-se dinâmico órgão Imprensa publicação dia 3 último vg informação contrato empréstimo 15 milhões dólares Governo São Paulo Agência Norte-americana Desenvolvimento Internacional vg financiamento Programa Ciências e Tecnologia vg alertando Poderes Públicos necessidade regulamentação Lei criar Fundação Amparo a Pesquisa Paraná pt"

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1973.

(a) Olavo Ferreira

#### JUSTIFICATIVA:

As notícias veiculadas pela "Folha de Londrina" sobre o recente empréstimo concretizado entre o Governo de São Paulo e a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional, com vistas ao financiamento do Programa de Ciência e Tecnologia daquele Estado, vêm de alertar as nossas autoridades sobre o descaso com que vem sendo tratado esse setor. Eis que nem houve a regulamentação da Lei que criou a Fundação de Amparo à Pesquisa no Paraná, tolhendo-se assim a dinamização do instrumento próprio a que buscamos os recursos internacionais que poderemos obter para o nosso desenvolvimento científico e tecnológico. Daí a razão do nosso manifesto de congratulações à "Folha de Londrina".

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constantes do Expediente. — Necessitam de apoio. — Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 204-70, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Educacional Faculdade de Ciências Econômicas, na sede do Município de Assaí, e dá outras providências. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 204-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma Fundação Educacional, na sede do Município de Assaí, com a finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Ciências Econômicas.

Parágrafo Único — O Orçamento Geral do Estado consignará, anualmente, dotação destinada a integrar a receita da Fundação criada por este artigo.

Art. 2.º — A Fundação submeterá ao Governador do Estado o regulamento disposto sobre o patrimônio, a receita, a administração e os currículos.

Art. 3.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria da Educação e Cultura um crédito especial de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros), destinado a atender as despesas com a instalação e funcionamento da Faculdade referida no artigo primeiro.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1973

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Igo Losso — Relator

Alvaro Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 12-71, que cria na Cidade de São Jerônimo da Serra, Município do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial, com funcionamento a partir do próximo ano letivo. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 12-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na cidade de São Jerônimo da Serra, Município do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1973

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Igo Losso — Relator

Alvaro Dias



REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 146-71, que cria um Ginásio Estadual no bairro Rio da Areia, Município de União da Vitória, para funcionar no próximo ano letivo. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 146-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Bairro Rio da Areia, da sede do Município de União da Vitória, um Ginásio Estadual, para funcionar no Grupo Escolar Astolfo Macedo de Souza a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1973

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Igo Losso — Relator

Alvaro Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 166-71, que cria na sede do Município de Dr. Camargo, um Ginásio de Comércio, para funcionar no próximo ano letivo. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 166-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Doutor Camargo, uma Escola Técnica de Comércio de Grau Ginasial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1973

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Igo Losso — Relator

Alvaro Dias

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 200-71, que autoriza o Poder Executivo, criar no Distrito de Cafelândia do Oeste, Município de Cascavel uma Escola Normal Estadual na forma que especifica. — **Aprovado.**

#### Redação Final do Projeto de Lei n.º 200-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Distrito de Cafelândia do Oeste, Município de Cascavel, uma Escola Normal Estadual de Grau Colegial para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1973.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Igo Losso — Relator

Alvaro Dias

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 46-73, que visa majorar o valor das pensões mensais de que tratam as leis n.ºs 4.763, de 5.11.63 e 54-63, do mesmo ano e artigo 2.º, da Lei 5.155, de 16.6.65. — **Aprovado.**

#### Redação Final do Projeto de Lei n.º 46-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O valor das atuais pensões de que tratam as Leis n.ºs 4.763 de 5 de novembro de 1963, e 54-63 de 22 de novembro do mesmo, fica elevado para o equivalente a 3 (três) salários mínimos fixados para a Capital do Estado.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das verbas próprias consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1973

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Igo Losso — Relator

Alvaro Dias

Redação Final — do Projeto de Resolução n.º 20-73, que aprova Convenios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Coronel Vívica e Iguaçu, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante dotações e verbas que especifica. — **Aprovado.**

#### Redação Final do Projeto de Resolução n.º 20-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convenios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e os Municípios de Coronel Vívica, em 04 de outubro de 1972 e Iguaçu, em 19 de janeiro de 1973 objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1973

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.

Igo Losso — Relator

Alvaro Dias

Redação Final — do Projeto de Resolução n.º 21-73, que aprova Convenios Celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios que especifica objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas dos respectivos Municípios que especifica. — **Aprovado.**

#### Redação Final do Projeto de Resolução n.º 21-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convenios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Nova Aurora, Santa Marina Paraíso do Norte, Guaira; Conselheiro Mairink; Telêmaco Borba; Toledo; Rio Branco do Sul; Assis Chateaubriand e Terra Rica, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1973.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Igo Losso — Relator e

Alvaro Dias

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 96-72 de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo conceder ao inválido Alaor Rodrigues de Melo, uma pensão mensal de Cr\$ 100.00 (cem cruzeiros). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 3-73 de autoria do Dep. Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo doar ao Serviço de Obras Sociais da Cidade de Sertãozinho, o imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. COM EMENDAS SUBSTITUTIVAS DE PLENARIO, EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado, com Emendas Substitutiva e de Plenário.**

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 22-73 de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 17-73, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva alienar à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL a Quadra de Terreno sob n.º 11, do loteamento Vila Iguaçu, em Cascavel para as finalidades que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e CTC. EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado.**

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 38-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 23-73 encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade do Registro de Estabelecimentos de Hospedagem no Órgão Competente da Polícia Civil do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGENCIA — **Aprovado.**

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 56-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 35-73 encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação da letra h, inciso — III do artigo 3.º da Lei n.º 6.316 de 29.09.73. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGENCIA — **Aprovado.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 6-73, de autoria do Dep. Mauricio Fruet, que declara de Utilidade pública a "Caixa Beneficente dos Funcionários Municipais de Curitiba" — CABEFUNC — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 59-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 44-73, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre o Código de Vencimentos dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná e, do anexo Projeto de Lei n.º 84-73 oriundo de Mensagem Governamental n.º 47-73, aditando com nova redação diversos artigos daquele Código. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGENCIA. **Aprovado artigo por artigo.**

2.ª Discussão — do Projeto de Resolução n.º 12-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 100-73 que aprova o Convenio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através Secretaria Segurança Pública e a Companhia de Urbanização de Curitiba — URBS, com finalidade de implantar sistema de segurança Civil-Militar na área dependências da Estação Rodoferroviária de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª Discussão — do Projeto de Resolução n.º 36-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 112-73 que aprova Acordo n.º 02-73 celebrado entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — objetivando realização do 1.º Curso Nacional sobre conservação de solos, organizado pelo Centro Interamericano de Desenvolvimento Integrado de Águas e Terras — CIDIAT. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 155-72 de autoria do Dep. João C. Fadel que dá nova redação ao Parágrafo 1.º, do Artigo 1.º, da Lei n.º 6.296 de 7.7.72. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. COM SUBSTITUTIVO. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 155-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1.º — O parágrafo 1.º, do artigo 1.º, da Lei n.º 6.296, de 07 de julho de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"§ 1.º — O prazo para o prévio e integral pagamento das importâncias e a formulação do pedido de anistia condicional prevista neste artigo é de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação desta lei".

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1972.

(a) Deputado João Fadel

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei pretende ampliar o prazo fixado no parágrafo 1.º, do artigo 1.º, da Lei 6296, de 7 de julho de 1972, que concedeu anistia condicional das multas e acréscimos relativamente a créditos tributários anteriores a 1.º de janeiro de 1972. Justifica-se, portanto o prazo fixado para os contribuintes se beneficiarem do dispositivo legal foi demasiadamente exíguo e, sobre a matéria não houve a divulgação que era de esperar-se a fim de que da mesma tomassem ciência os comerciantes e indústrias estabelecidos em cidades do interior do Estado e que, de modo geral representam a grande maioria de requerentes aquele benefício fiscal.

Além do mais, no que se refere à anistia de multa a Secretaria da Fa-



zenda, através de sua Instrução n.º SF-340/72, de 07.07.72, dispõe que o pedido de homologação da anistia será protocolizado na repartição fazendária onde correr o feito onde também deverá ser efetivado o pagamento prévio das importâncias devidas, o que significa, na grande maioria dos processos, na Procuradoria Geral e Consultoria Jurídica da Fazenda, pois os que têm condições de serem beneficiados pelo diploma legal estão na quase totalidade com seu crédito tributário inscrito na dívida ativa do Estado, ou então processado termo de acordo para pagamento parcelado, sendo que em qualquer dos casos o contribuinte terá que deslocar-se de sua cidade para protocolar o processo aqui na Capital do Estado, o que, somado à pouca divulgação da lei, às exigências técnicas indispensáveis para instrução da inicial, à pouca orientação que as Agências de Rendas do interior fornecem aos interessados, tornou quase inócuos os efeitos da citada Lei n.º 6296, de 07.07.72, para a grande maioria dos contribuintes que da mesma poderiam beneficiar-se, frustrando, "ab initio", o elevado sentido sócio-econômico que o legislador pretendia alcançar através daquela iniciativa.

Os nobres Deputados certamente concordarão com os argumentos expendidos e, tendo presente ao espírito os elevados interesses da comunidade, certamente também darão ao presente projeto de lei seu horroroso e indispensável apoio.

## LEI 6296

DATA: — 7 de julho de 1972.

SÚMULA: — Dispõe sobre a concessão de anistia condicional das multas e acréscimos relativamente a créditos tributários anteriores a 1.º de janeiro de 1972.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETOU e eu SANCIONO a seguinte LEI:

Art. 1.º — Os contribuintes ou responsáveis, relativamente a créditos tributários anteriores a 1.º de janeiro de 1972, poderão requerer ao Secretário da Fazenda a anistia condicional das multas e dos acréscimos, desde que no requerimento produzam prova do prévio pagamento da parcela relativa ao tributo, dos respectivos juros de mora de 1% ao mês, não capitalizável, e da correspondente atualização monetária daquela importância.

§ 1.º — O prazo para o prévio e integral pagamento das importâncias e a formulação do pedido de anistia condicional prevista neste artigo é de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação da lei.

§ 2.º ...

Palácio do Governo em Curitiba, em 7 de julho de 1972.

(2a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Maurício Schulman

Secretário da Fazenda

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N.º 155-72

AUTOR: — Deputado João Fadel

SÚMULA: — Dá nova redação ao § 1.º, do art. 1.º, da Lei n.º 6.296, de 7 de julho de 1972.

## PARECER

O desiderato do presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado João Fadel, é dar nova redação ao § 1.º, do art. 1.º, da Lei n.º 6.296, de 7 de julho de 1972.

O autor da proposição, alega, em brilhante justificativa, que o prazo fixado para os contribuintes se beneficiarem do dispositivo legal foi demasiadamente exíguo e, sobre a matéria não houve a divulgação que se era de esperar a fim de que da mesma tomassem ciência os comerciantes e industriais estabelecidos em cidades do interior do Estado.

Além do mais, continuou o autor do Projeto, a pouca orientação que as Agências de Rendas do Interior do Estado fornecem aos interessados, tornou quase inócuos os efeitos da citada Lei n.º 6.296, de 7.7.72.

A medida pretendida se nos afigura justa e oportuna, face às considerações constantes da justificativa do projeto.

Parece-nos, todavia, que a forma como se apresenta, data venia do illustre autor, não é a que melhor atende à técnica legislativa, daí porque nos permitimos oferecer ao projeto o substitutivo anexo, e com ele o nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1972.

(2a) Armando Queiroz — Presidente

Emílio Carazzai

Muggiati Filho

Jorge Sato

Erondy Silvério

Santos Lima

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 8-73, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que declara de Utilidade Pública e Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J. Aprovado.

## PROJETO DE LEI N.º 8-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública e Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1973.

(a) Deputado Maurício Fruct

## JUSTIFICATIVA:

A Igreja Presbiteriana de Curitiba, com sede e foro nesta Capital, tem por objetivo prestar culto a Deus, aperfeiçoar a vida cristã de seus membros, ministrando-lhes instrução religiosa e promovendo assistência social aos seus congregados.

Sendo sem dúvida alguma uma instituição religiosa que desenvolverá um meritório trabalho em prol da educação, nada mais justo que o Poder Executivo venha através desta iniciativa conceder o título de utilidade pública, a fim de propiciar melhores condições para que venha cumprir fielmente seus propósitos.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N.º 8-73

AUTOR: — Deputado Maurício Fruct

SÚMULA: — Declara de Utilidade Pública a "Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba", com sede e foro nesta Capital.

## PARECER

Submete-se ao estudo e parecer desta Comissão, Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Maurício Fruct, objetivando declarar de Utilidade Pública a "Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba", com sede e foro nesta Capital.

Referida entidade é uma associação religiosa, autônoma, fundada nos princípios do presbiterianismo e organizada de acordo com as disposições da Constituição e Ordem da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, da qual faz parte integrante.

Nestas condições, entendemos muito justa a declaração de Utilidade Pública que o presente Projeto se propõe.

Pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973.

(aa) Antônio F. Ferreira da Costa — Presidente

Nelson Buffara — Relator

Ivo Thomazoni

Antônio Lopes Júnior

Quiêlse Crisóstomo da Silva

Sebastião Rodrigues

Ovidio Franzoni

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 17-73, de autoria do Dep. Borsari Netto, que declara de Utilidade Pública o Instituto Paranaense de Engenharia Legal e Avaliações "IPELA", com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

## PROJETO DE LEI N.º 17-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Paranaense de Engenharia Legal e Avaliações "IPELA", com sede e foro em Curitiba — Pr.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1973.

(a) Deputado Borsari Netto

## JUSTIFICATIVA:

O Instituto Paranaense de Engenharia Legal e Avaliações "IPELA", sociedade civil, de fins culturais, sem finalidade lucrativa, com sede e foro nesta Capital à Rua Barão do Rio Branco, 63, 18.º andar, conjunto 1806, veio preencher lacuna até então existente em nosso Estado. Motivação por si só, sem dúvida suficiente para a declaração da entidade, como de utilidade pública, pelo Poder Público.

A importância técnico-científica da entidade deve ser considerada de especial relevância especialmente levando-se em conta o espetacular crescimento sócio-econômico de nosso Estado.

A entidade é devidamente registrada no Cartório de Títulos e Documentos sob o n.º 2.016 — Livro "A", de Registro de Pessoas Jurídicas, não remunera seus diretores ou os membros de seu Conselho Diretor e seus objetivos culturais e de defesa da classe se enquadram na orientação constitucional de amparo e apoio às iniciativas que visem bem estar social e econômico.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N.º 17-73

AUTOR: — Deputado Francisco Borsari Netto

SÚMULA: — Declara de Utilidade Pública o Instituto Paranaense de Engenharia Legal e Avaliações — "IPELA".

## PARECER

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Francisco Borsari Netto, objetiva declarar de Utilidade Pública o Instituto Paranaense de Engenharia Legal e Avaliações "IPELA".

Pelo que dos autos consta, o Instituto enfocado é uma sociedade civil constituída na forma da Lei, sem finalidades lucrativas, devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos, não remunera seus diretores ou os membros de seu Conselho Diretor, tendo por finalidade a defesa, estudo e coordenação dos interesses dos engenheiros, quaisquer que sejam as suas especialidades.

Destarte, a entidade preenche todos os requisitos da Lei pertinente à matéria, justificando a declaração que ora se propõe.

Pela aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973.

(aa) Antônio F. F. da Costa Filho — Presidente

Wilson Fortes — Relator

Ivo Thomazoni

Ovidio Franzoni

Erondy Silvério

Igo Losso

Paulo Camargo

Quiêlse Crisóstomo da Silva

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## PROJETO DE LEI N.º 17-73

AUTOR: — Dep. Borsari Netto

SÚMULA: — Declara de Utilidade Pública o Instituto Paranaense de Engenharia Legal e Avaliações "IPELA", com sede e foro nesta Capital.



**PARECER**

O presente projeto de Lei, dada a importância da matéria, merece a aprovação desta Comissão.

Não encontramos nenhum impedimento de ordem financeira, somos portanto, pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1973.

(aa) **Quiêse Crisóstomo da Silva** — Presidente  
**Francisco Escorsin** — Relator  
**Gilberto Carvalho**  
**Alvaro Dias**  
**João Fadel**

1.a **DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 26-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Ex-Proposição n.º 75-73, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos, órgão da Presidência da República, objetivando a fabricação de produtos farmacêuticos. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P., em regime de urgência. Aprovado.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA****PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 26-73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1.º — Fica aprovado os termos do Convênio celebrado em 26 de outubro de 1972, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos, Órgão da Presidência da República, objetivando a fabricação de Produtos Farmacêuticos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente  
 (Ass. ilegível) — Relator  
 (Ass. ilegível)  
 (Ass. ilegível)

**MENSAGEM 11-73**

Senhor Presidente.

Curitiba, 26 de fevereiro de 1973

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 26 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos, Órgão da Presidência da República, objetivando a fabricação de Produtos Farmacêuticos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Colenda Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) **PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA** — Governador do Estado  
 Ao Excelentíssimo Senhor  
 Deputado **WILSON FIGUEIREDO FORTES**  
 Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado  
 N/CAPITAL

Convênio que entre si estabelecem a Central de Medicamentos e o Laboratório Farmacêutico da Secretaria de Saúde Pública do Estado do Paraná, para fabricação de produtos farmacêuticos.

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e dois (1972), a Central de Medicamentos, órgão da Presidência da República, representada pelo seu Presidente, Dr. Wilson de Souza Aguiar, nos termos do disposto no Art. 7.º, letra "f", Decreto n.º 71.205, de 4 de outubro de 1972 e o Governo do Estado do Paraná, neste ato representado pelo seu Secretário de Saúde Pública, Dr. Ivan Beira Fontoura, resolveram celebrar o presente convênio, segundo as cláusulas e condições subsequentes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA — Convenções**

Ficam convencionadas as designações de "CEME", para a Central de Medicamentos e o de "Laboratório", para o Laboratório Farmacêutico da Secretaria de Saúde Pública do Governo do Estado do Paraná.

**CLÁUSULA SEGUNDA — Objeto**

O convênio objetiva a fabricação de produtos farmacêuticos pelo Laboratório e seu fornecimento à CEME, com vistas ao incremento da assistência farmacêutica estatal.

**CLÁUSULA TERCEIRA — Obrigações de Laboratório**

Constituem obrigações do Laboratório:

I — Fornecer à CEME os produtos farmacêuticos a serem definidos pelas partes, cuja relação e suas eventuais alterações farão parte integrante deste instrumento, independentemente da transcrição;

II — Fabricar e fornecer, à CEME a preço de custo, os produtos farmacêuticos objetivos neste convênio em estrita observância às especificações constantes da ordem de produção adiante explicitada, emitida pela CEME;

III — Entregar os produtos fabricados para a CEME nos locais e datas e consoante as quantidades estabelecidas no cronograma de fornecimento elaborado pela CEME, que acompanhará cada ordem de produção;

IV — Fazer acompanhar os produtos fornecidos, da respectiva nota fiscal, em 3 (três) vias, ou documento equivalente e das correspondentes faturas, em 2 (duas) vias, com especificação de natureza, unidade, quantidade, valores unitários e total da mercadoria;

V — Prestar contas à CEME, de acordo com as normas e instruções por esta recomendadas, dos recursos por ela liberados.

**CLÁUSULA QUARTA — Obrigações da CEME**

Constituem obrigações da CEME:

I — Autorizar a fabricação dos produtos, ao Laboratório, mediante ordem de produção, emitida periodicamente e contendo as especificações de natureza, dosagem, unidade, forma farmacêutica, quantidade, apresentação, embalagem, preços unitários e total, além de outras necessárias à perfeita identificação dos fármacos encomendados;

II — Financiar a fabricação dos produtos encomendados ao Laboratório mediante o repasse antecipado dos recursos necessários e suficientes para a preservação e o fornecimento do capital de giro do Laboratório;

III — Efetuar o pagamento dos produtos fornecidos pelo Laboratório à vista das correspondentes faturas e mediante empenho global por estimativa cujos valores serão gradualmente deduzidos do adiantamento a que refere o item antecedente.

**CLÁUSULA QUINTA — Assistência Técnica**

A CEME poderá proporcionar, ao Laboratório, segundo suas disponibilidades, serviços de assistência técnica de planejamento, visando a racionalização organizacional, administrativa e operacional das estruturas integrantes do Laboratório.

**CLÁUSULA SEXTA — Matéria-Prima**

A CEME poderá, desde que coincidente o interesse de ambas as partes fornecer, diretamente, ao Laboratório a matéria-prima necessária à fabricação dos produtos encomendados, em complementação aos recursos financeiros aludidos no item II, da Cláusula Quarta, deste instrumento.

**CLÁUSULA SÉTIMA — Cobertura das Despesas**

As despesas decorrentes da execução do presente convênio serão cobertas à conta dos destques de recursos orçamentários, no montante de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), de que trata a Exposição de Motivos n.º 28 (vinte e oito), de 23 de maio de 1972, do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, com despacho autorizador do Senhor Presidente da República, publicado no Diário Oficial da União, de 26.6.72 e de outras dotações, de qualquer origem, consignadas à CEME e compatíveis com a mesma destinação.

**CLÁUSULA OITAVA — Inspeção e Avaliação**

A CEME reserva-se o direito de, a qualquer época, durante a vigência deste convênio, exercer atividades de inspeção junto ao Laboratório, no sentido de controlar e avaliar o desempenho administrativo, operacional e técnico do Laboratório e a correta aplicação dos recursos a ele repassados.

**CLÁUSULA NONA — Modificação e Rescisão**

Este convênio poderá, mediante concordância plena dos convenientes, ser modificado, através de termo aditivo, ou rescindido, automaticamente, por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições ou pela superveniência de norma legal que o torne material ou formalmente impraticável.

**CLÁUSULA DÉCIMA — Vigência e Prorrogação**

O presente convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e vigorará até 31 de dezembro de 1973, podendo ser prorrogado mediante solicitação por escrito do Laboratório e a juízo do Presidente da CEME, independentemente de termo aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — Foro**

Fica eleito o foro da comarca de Brasília para dirimir quaisquer questões oriundas deste convênio ou de sua interpretação, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem acordes, foi lavrado o presente instrumento que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelos convenientes e testemunhas a tudo presentes, em 4 (quatro) vias de igual teor.

Curitiba — PR., 26 de outubro de 1972. — Wilson de Souza Aguiar, Presidente da CEME — Ivan Beira Fontoura, Secretário de Saúde Pública do Estado do Paraná.

Homologo: Pedro Viriato Parigot de Souza, Governador do Estado do Paraná.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROPOSIÇÃO N.º 75-73**

**SÚMULA:** — Aprova os termos do Convênio celebrado em 26 de outubro de 1972, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos, Órgão da Presidência da República, objetivando a fabricação de Produtos Farmacêuticos.

**PARECER**

Oriunda da Mensagem Governamental n.º 11-73, a proposição ora em exame por esta Comissão, visa aprovar os termos do Convênio celebrado em 26 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública, e a Central de Medicamentos, Órgão da Presidência da República, objetivando a fabricação de produtos farmacêuticos.

No que se refere à celebração de Convênios, a competência do Chefe do Poder Executivo é deferida pela Constituição Estadual em seu art. 47, Inciso IX, cabendo a Assembléia Legislativa referendá-lo, na forma prescrita pelo Art. 22, Inciso VII, da mesma Constituição.

Pela aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente  
 (Ass. ilegível) — Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

**SÚMULA:** — "Ex-Proposição 75-73 — Projeto de Resolução 26-73 — Aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos — CEME —, órgão da Presidência da República, objetivando a fabricação de produtos farmacêuticos".

**PARECER**

1. Tratam os Autos de Projeto de Resolução n.º 26-73 — ex-Proposição n.º 75-73, capeada por Mensagem Governamental n.º 11-73, que ratifica os termos do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos — CEME —, Órgão da Presidência da República, objetivando a fabricação de produtos farmacêuticos, com vistas ao incremento da assistência farmacêutica estatal.

2. Respalçada pelo permissivo constitucional que defere ao Poder Executivo a iniciativa de firmar acordos e celebrar convênios e sendo evidente o interesse sócio-econômico do convênio objeto da presente análise, não há como negar-se aprovação ao mesmo, s.m.j.

Sala das Comissões, 08 de maio de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Deputado **João C. Fadel** — Relator

Assinatura ilegível  
 Assinatura ilegível



**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 26-73 — Mensagem n.º 11-73**

**SÚMULA:** — Ex-Proposição n.º 75-73 — Aprova Convenio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos — CEME —, órgão da Presidência da República, objetivando a fabricação de produtos farmacêuticos.

**PARECER**

Objetiva a presente Propositura, incrementar a fabricação de produtos farmacêuticos com o fito de carrear a assistência farmacêutica estatal a grande parte da população de nosso Estado.

A relevância do que aqui se propõe no plano Sócio-Econômico tanto do Poder Público como do povo que será grande beneficiado pela aprovação da proposição, da parte desta Comissão de Saúde Pública só poderá receber enclônios e assim sendo, somos pois pela aprovação da matéria, é o parecer.

Sala das Comissões, em, 28 de maio de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 27-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 81-73, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos, órgão da Presidência da República, objetivando incrementar a Assistência Farmacêutica gratuita em Municípios Paranaenses. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P., Em Regime de Urgência. — Aprovado.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 27-73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1.º — Fica ratificado os termos do Convenio celebrado em 26 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos, Órgão da Presidência da República, objetivando incrementar a assistência farmacêutica gratuita em 137 Municípios do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

**MENSAGEM 10-73**

Curitiba, 26 de fevereiro de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convenio celebrado em 26 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos, Órgão da Presidência da República, objetivando incrementar a assistência farmacêutica gratuita em 137 Municípios do Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Colenda Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) **PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA** — Governador do Estado  
Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado **WILSON FIGUEIREDO FORTES**

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

**TERMO DE CONTRATO**

**PRESIDENCIA DA REPUBLICA**

**CENTRAL DE MEDICAMENTOS**

Convênio celebrado entre a Central de Medicamentos, Órgão da Presidência da República e o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública, objetivando ao incremento da Assistência Farmacêutica Gratuita em 137 Municípios da respectiva Unidade Federativa.

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e dois (1972), a Central de Medicamentos, Órgão da Presidência da República, representada pelo seu Presidente, Dr. Wilson de Souza Aguiar, nos termos do disposto no Art. 7.º, Letra "f", do Decreto número 71.205, de 4 de outubro de 1972 e o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública, neste ato representada pelo seu Titular, Dr. Ivan Beira Fontoura, resolvem celebrar o presente convênio, segundo as cláusulas e condições subsequentes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA — CONVENÇÕES** — Ficam convenionadas as designações de "CEME", para a Central de Medicamentos e de "SECRETARIA", para a Secretaria de Saúde Pública do Estado do Paraná.

**CLÁUSULA SEGUNDA — OBJETO** — O presente convênio objetiva ao incremento da assistência medicamentosa gratuita às faixas populacionais de baixo poder aquisitivo, em 137 municípios do Estado, cuja relação nominal e suas eventuais alterações farão parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, visando, em última análise, a melhoria das condições de saúde dos grupos vulneráveis que o Estado deve proteger.

**CLÁUSULA TERCEIRA — OBRIGAÇÕES AO CEME** — Constituem obrigações da CEME:

I — fornecer à Secretaria os medicamentos e produtos imonobiológicos de sua linha padronizada, especificados e quantificados consoantes as disponibilidades do sistema produtor da CEME;

II — efetuar a entrega dos produtos a que se refere o item I desta cláusula nos locais e datas indicados pela SECRETARIA, em cronogramas apropriados e suas modificações, que integrarão este convênio independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA QUARTA — OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA** — Constituem obrigações da SECRETARIA:

I — atestar, no documento fiscal acompanhante, se os produtos entregues pela CEME correspondem as especificações e quantidades nele indicadas;

II — distribuir, mediante a utilização de sua própria estrutura e daquela de órgãos previamente credenciados, os medicamentos e produtos imunobiológicos fornecidos pela CEME, dispensando-os gratuitamente à clientela de baixo poder aquisitivo;

III — remanejar, para utilização em atividades prioritárias de saúde, os recursos eventualmente liberados em seu vigente orçamento, graças ao suprimento de produtos farmacêuticos propiciado pela CEME, mantendo tais recursos, na mesma proporção e com a mesma finalidade, nos orçamentos subsequentes;

IV — guardar os produtos fornecidos pela CEME em locais e sob condições que atendam às exigências próprias de estocagem e armazenamento de produtos farmacêuticos, de forma a assegurar-lhes adequada conservação;

V — elaborar e encaminhar à CEME, trimestralmente, relatório circunstanciado sobre a distribuição de produtos realizada no período;

VI — facultar à CEME todos os meios e facilidades para o exercício das atividades de inspeção e avaliação adiante explicitadas, adotando as medidas recomendadas em decorrência dessas atividades;

VII — promover a divulgação, junto aos profissionais médicos e para-médicos da área, da padronização de medicamentos adotada pela CEME;

VIII — observar e informar à CEME a receptividade dos seus produtos pela população em geral e pelos profissionais médicos e para-médicos da área.

**CLÁUSULA QUINTA — INSPEÇÃO E AVALIAÇÃO** — A CEME reserva-se o direito de inspecionar os locais de armazenamento utilizados pela Secretaria, avaliar a respectiva capacidade e condições de guarda e manuseio dos produtos e o desempenho do sistema de distribuição coordenado pela Secretaria.

**CLÁUSULA SEXTA — ASSISTÊNCIA TÉCNICA** — A CEME poderá proporcionar dentro de suas possibilidades, assistência técnica à SECRETARIA, no tocante à implantação, racionalização e operação do sistema distribuidor respectivo, diretamente ou através de convênio com instituição capacitada à prestação dessa atividade.

**CLÁUSULA SÉTIMA — MODIFICAÇÃO E RESCISÃO** — Este convênio poderá, mediante concordância dos convenientes, ser modificado, através de termo aditivo, ou rescindido, automaticamente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições ou pela superveniência de norma legal que o torne material ou formalmente impraticável.

**CLÁUSULA OITAVA — VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO** — O presente convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e vigorará até 31 de dezembro de 1973, podendo ser prorrogado mediante solicitação por escrito da SECRETARIA e a juízo do Presidente da CEME, independentemente de termo aditivo.

**CLÁUSULA NONA — FORO** — Fica eleito o foro da Capital da República para dirimir quaisquer questões oriundas deste convênio ou de sua interpretação, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem acordes, foi lavrado o presente instrumento que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelos convenientes e testemunhas a tudo presentes, em 4 (quatro) vias de igual teor.

Curitiba (PR), 26 de outubro de 1972. Wilson de Souza Aguiar, Presidente da CEME. Ivan Beira Fontoura, Secretário de Saúde Pública do Estado do Paraná.

Homologo: Governador do Estado do Paraná.

**REGIÕES SUDOESTE E SUL**

**AREAS PRIORITÁRIAS**  
(Municípios)

2. Estado do Paraná	
2.1 População estimada p/1973	7.557.910
2.2 População da área prioritária	3.627.796
2.3 População a ser atendida pela CEME, (20% da população da área prioritária)	725.559
2.4 Número de municípios do Estado	298
2.5 Número de municípios da área prioritária	137
2.6 Relação nominal dos municípios prioritários:	

Abatiá — Agudos do Sul — Almirante Tamandaré — Altônia — Alto Piquiri — Ampere — Arapoti — Araruna — Assis Chateaubriand — Balsa Nova — Barbosa Ferraz — Barracão — Boa Esperança — Bocaiuva do Sul — Bonasucesso — Borrazópolis — Califórnia — Cambira — Campina da Lagoa — Campina Grande do Sul — Campo Tenente — Quedas do Iguaçu — Cândido de Abreu — Capitão Leonidas Marques — Carlópolis — Chopinzinho — Congonhas — Coronel Vívica — Curiuva — Enéas Marques — Flórida — Grandes Rios — Guaraniçu — Ibaiti — Imituva — Iporã — Itapejara do Oeste — Ivaiporã — Jaguapitã — Japira — Kaloré — Laranjeiras do Sul — Mamboré — Mandirituba — Marialva — Marilena — Marmeleiro — Matelândia — Moreira Sales — Munhoz de Melo — Nova Olímpia — Paissandu — Paula Freitas — Piêr — Capanema — Enéas Marques — Cerro Azul — Colombo — Corbélia — Cruz Machado — Dois Vizinhos — Faxinal — Florestópolis — Goioerê — Guaira — Guaratuba — Icaraima — Ipiranga — Iretama — Ivaí — Ivaí — Jaguariaíva — Jardim Alegre — Lapa — Malé — Mandaguari — Maria Helena — Marilândia do Sul — Maripolis — Marumbi — Matinhos — Morretes — Nova Cantu — Ortigueira — Palotina — Paulo Frontin — Pérola do Oeste — Pinhalão — Pinhão — Piraquara — Planalto — Porto Rico — Prudentópolis — Querência Norte — Realeza — Renascença — Ribeirão Claro — Rio Azul — Salto do Lontra — Santa Izabel do Avaí — Santo Antônio do Sudoeste — São João do Ivaí — São Jorge do Oeste — São Mateus do Sul — São Pedro do Ivaí — Sengés — Tamboara — Teixeira Soares — Tijucas do Sul — Tuneiras do Oeste — Wenceslau Braz — Vitorino — Paraíso



do Sul — Pitanga — Pôrto Amazonas — Pôrto Vitória — Quatro Barras — Quitandinha — Rebouças — Reserva — Ribeirão do Pinhal — Salgado Filho — Santa Inês — Santa Izabel do Oeste — São Jerônimo da Serra — São João do Triunfo — São José dos Pinhais — São Miguel do Iguaçu — São Pedro do Paraná — Siqueira Campos — Tapira — Tibagi — Tomazinha — Ubitatã — Verê — Peabiru.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N.º 81-73

SÚMULA: Aprova os termos do Convênio celebrado em 26 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos, Órgão da Presidência da República, objetivando incrementar a assistência farmacêutica gratuita em 137 Municípios do Estado do Paraná.

#### PARECER

A Proposição ora em exame por esta Comissão, é oriunda da Mensagem Governamental n.º 10-73, que objetiva aprovar os termos do Convênio celebrado em 26 de outubro de 1972, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos, Órgão da Presidência da República, objetivando incrementar a assistência farmacêutica gratuita em 137 Municípios do Estado do Paraná.

A Propositura é escorreita sob o aspecto legal e constitucional.

Não havendo qualquer óbice que se lhe anteponha opino pela aprovação na forma do Projeto de Resolução que vai anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973

(Assinatura Ilegível) — Presidente

(Assinatura Ilegível) — Relator

(Assinatura Ilegível)

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

SÚMULA: "Ex-Proposição 81-73 — Projeto de Resolução n.º 27-73 — Aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos — CEME, da Presidência da República, objetivando incrementar a assistência farmacêutica gratuita em Município que especifica".

#### PARECER

1. Tratam os Autos do Projeto de Resolução n.º 27-73 — ex-proposição n.º 81-73, que ratifica convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos, Órgão da Presidência da República, objetivando incrementar a assistência farmacêutica gratuita em municípios paranaenses que especifica.

2. Evidenciado desde logo o interesse público no atendimento de ponderável parcela da população do interior do Estado — cerca de 137 municípios constituem a área prioritária de atuação do Convênio —, no importante setor da saúde pública e estando referido convênio correto em seu aspecto formal, não há como negar-se aprovação à matéria dos Autos.

Pela aprovação, é o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 8 de maio de 1973.

(Assinatura Ilegível) — Presidente

(Assinatura Ilegível)

Deputado João C. Fadel — Relator

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 27-73

SÚMULA: Ex-Proposição n.º 81-73 — Aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos, Órgão da Presidência da República, objetivando incrementar assistência farmacêutica gratuita a diversos municípios paranaenses.

#### PARECER

Do ponto de vista constitucional e financeiro, o presente Projeto de Resolução teve pareceres favoráveis nas Comissões de Justiça e Finanças, ora o setor de Saúde, é e deverá ser uma das grandes metas do Poder Público, este Convênio, vem incrementar assistência farmacêutica gratuita em 137 municípios paranaenses, que passarão a ser área prioritária de sua atuação, onde grande parte da população interiorana de nosso Estado, irá usufruir dos benefícios desta assistência farmacêutica gratuita.

Esta Comissão de Saúde Pública, só tem a tecer elogios a medidas desta natureza pelo seu sentido social e sanitário. Assim sendo, nosso parecer é pela sua aprovação. — Favorável.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1973

(Assinatura Ilegível) — Presidente

(Assinatura Ilegível) — Relator

(Assinatura Ilegível)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Xavier da Silveira, ocorrido na cidade de Irati. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Manfroni, ocorrido na cidade de União da Vitória. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mario Toshio Tagata, Vereador pelo Município de Assaí. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final, do Projeto de Lei n.º 56-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando a transcrição na Ata, da coluna denominada "Conta-Gotas" editada pelo jornal "Gazeta do Povo" no dia 30 de maio p. passado. — Aprovado. (A coluna a ser transcrita, acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, transmitindo apelo e integral apoio para o término da rodovia BR-369, trecho Cascavel-Campo Mourão e Campo Mourão-Jandaia do Sul. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja enviada sugestão ao Sr. Diretor do I.P.A.S.E., no sentido de que determine estudos, seja por convênio ou através de credenciamento de atendimento médico-hospitalar para os beneficiários daquela autarquia no Município de Paranaguá "in-loco". — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, no sentido de que o pagamento de multas rodoviárias seja feito nas Agências de Rendas Estaduais, ou mesmo nos Bancos da cidade mais próxima. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, transmitindo apelo, no sentido de que se digne regulamentar a Lei n.º 6.189, de 28 de abril de 1971, e que criou a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Paraná. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, lido da Tribuna, solicitando seja enviado Telegrama à "Fôlha de Londrina" congratulando-se com o dinâmico órgão de imprensa, pela publicação sobre recente empréstimo concretizado entre o Governo de São Paulo e a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional, — com vistas ao financiamento do Programa de Ciência e Tecnologia daquele Estado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso pela magnífica e inédita realização pela TV Iguaçu, Canal 4, em que se constituiu a transmissão da Santa Missa, diretamente das Cataratas de Foz do Iguaçu, em comemoração ao Dia das Comunicações Sociais. — Aprovado

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, terça-feira, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 6-73, 59-73 e de Resolução n.ºs 12-73 e 36-73.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 155-72, 8-73, 17-73 e de Resolução n.ºs 26-73 e 27-73.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 140-71, 24-73, 33-73, 36-73 e 71-73.

Levanta-se a Sessão

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO DOMÍCIO SCARAMELLA, EM SESSÃO REALIZADA EM 4 DE JUNHO DE 1973

#### "CONTA-GOTAS"

Ivens Lagoano Pacheco

O Professor Luiz Carlos Tourinho, Diretor da Escola de Florestas da Universidade do Paraná, acaba de fazer um alerta, realmente sério no qual afirma que "As poucas matas nativas existentes no Paraná tem seus dias definitivamente contados".

Quem concordar em gênero e número com o que disse o ilustre mestre.

E isto porque homem oriundo de uma terra onde o pinheiro já é raridade e o cedro e a imbuia praticamente peça de museu, fiquei na realidade impressionado, quando morando no Norte do Paraná, nos idos de 50 vi, em nome do progresso ou de quem quer que seja, ser derrubada a mata, numa fúria tremenda, em muitos casos, sem sequer o aproveitamento da árvore que caía, para dar lugar a uma lavoura, a uma cidade ou a um patrimônio.

Diversas vezes não só aqui nesta coluna, mas quando fazia jornalismo em Maringá procurei alertar autoridades, da maneira como se derrubava a mata e da maneira como se não cumpria as leis do reflorestamento.

Mas, sempre fui um único, gritando no deserto.

O pioneirismo e a ânsia de ganhar quanto antes foi muito mais sedutor do que lembrar-se de futuro.

O natural egoísmo que muitos têm, outro fator importante.

Cansei de ver gente dizer que aqueles que quisessem árvores que plantassem, pois eles queriam era plantar café, o Rei que chegava cheirando a dinheiro.

Hoje, já não sou eu quem fala, a erosão é uma constante na zona arenosa do Norte e se medidas drásticas não forem formadas, algumas gerações adiante teremos o deserto.

Para os não estudiosos é preciso que se diga que o Saara, hoje só de areia foi uma das zonas mais férteis do mundo.

É na verdade uma comparação um pouco inadequada, porque a técnica da hoje, garante muito, mas advertir não faz mal a ninguém.

Mesmo assim, houve devastação em alguns casos até criminosos.

A recuperação que se vem fazendo através de campanhas e plantios de plantas exóticas como o pinus Eliotis ou o pinus Taeda, ainda não corresponde à nossa realidade.

Por outro lado, o replantio da nossa araucária poderia ser feito com mais carinho, agora que a gralha azul está rareando.

Tenho dois amigos, proprietários de áreas relativamente pequenas que todos os anos plantam a araucária com carinho enorme, sabendo, com certeza, de que não serão eles os beneficiados.

Ambos tem mais de 50 anos.

Eu, lá no Pinheiro Verde, além da experiência que fiz do Pinus, também planto a araucária com a tranquilidade serena de que deverão se beneficiar, de que faço meus filhos ou quem for dono da terra daqui a 20 anos.

Não estou interessado no imediatismo, nem tão pouco preocupo-me em não saber que não serei eu a usar o pinheiro que plantei.

Nada disso. Pelo contrário, uma sensação de alegria me comanda, cada vez que um pinhão que eu coloco na terra, aparece tímido acima dela, indicando uma nova árvore que nasceu.

Aliás, uma pequena sugestão: Por que não incentivar plantio de pequenas áreas, principalmente barateando a muda, hoje, em certa quantidade, já proibitiva?

Seja como for, faça-se como se quiser, a grande verdade é de que o professor Luiz Carlos Tourinho tem razão no que afirmou e o que ele disse continua campanha de alerta que vem se fazendo já fazem vários anos".